

ROBERTO MACEDO

## O sistema e os homens

O presidente FHC vive seu inferno astral. Com baixíssima popularidade, deve estar com os nervos à flor da pele, e é compreensível que resvale para o destempero verbal, tal como nesse caso recente em que sobrou para o Congresso. "A indecisão não é do presidente, é de quem posterga, de quem

adia, de quem não aparece, não comparece, de quem tem medo de votar", disse ele. O destempero não é pelo que está na panela. Tomando a frase do presidente e colocando um "só" depois do primeiro "é" e um "também" depois do segundo, assino em baixo. De qualquer forma, os desabafos costumam trazer pensamentos autênticos, mas o cargo impõe limites sobre o que se pode dizer. Na sequência, o presidente deu o dito por não dito. Pode ter evitado algo pior no seu relacionamento com o Congresso, mas o soneto da indecisão cresceu com a emenda.

Contemplando esses e outros atos no palco da política brasileira, e as reações de quem está na platéia, parece que tudo se concentra na figura dos personagens. FHC x ACM x Lula, ou Malan x Mendonça x Clóvis x o próximo. Olhando, entretanto, para o passado mais recente, na melhor das avaliações não se pode dizer que Sarney, Collor ou Itamar tenham sido bem-sucedidos. Na pior, fracassaram em resolver muitos dos mais graves problemas econômicos e sociais do



**O grande investimento que o Brasil precisa fazer é o destinado a aprimorar as instituições**

País. Mesmo o que se resolveu mais recentemente, a inflação, pode ser visto como um problema cuja solução amadureceu não só aqui como, para não ir muito longe, no resto da América Latina, pois a maioria dos países passou por ciclos inflacionários semelhantes. Foi também um problema cuja solução se precipitou pela própria gravidade dele. Ou se resolvia ou seria o caos, e alguns países, como a Argentina, chegaram ainda mais próximo dele antes de vir a solução.

Olhando, para a frente, os jornais listam, como candidatos à sucessão, Itamar, Lula, Ciro, Covas e ACM. Será que algum deles vai resolver esse impasse crônico da política brasileira que é o de ter um presidente sem uma clara maioria no Congresso, que o leva a uma barganha miúda para aprovar isso ou aquilo, comprometendo o seu tempo em infundáveis negociações, cujo resultado também prejudica o alcance dos próprios objetivos da política do presidente, como esse do ajuste fiscal?

Como não acredito em salvadores da pátria, acho que boa parte da culpa está no sistema político que temos. Os partidos são uma piada, aglomerações em que se encenam outras peças, nas quais atores preponderam sobre o roteiro, que frequentemente não existe. Alguns são pequenos demais e se prestam até ao que a imprensa chama de legendas de aluguel. O Congresso, por sua vez, tem a Câmara, sua Casa mais importante, onde

os deputados não têm maior compromisso com a fidelidade partidária e tampouco com seus eleitores. Na votação proporcional, milhares de candidatos arregimentam votos pessoais que depois vão eleger 513 deputados que chegam na frente das listas de votação. Como a maioria vota nos milhares de perdedores e não na centena de eleitos, alguém fez as contas e constatou que só 25% dos eleitores estão "representados" no Congresso.

Como os deputados não representam distritos específicos e podem mudar de partido por qualquer razão, não têm maiores compromissos com seus eleitores, com quem voltam a se encontrar a cada quatro anos. Alguns têm mesmo são outros compromissos, com as forças e as mágicas que os ajudaram a caçar votos em custosas campanhas nos seus Estados de origem. De qualquer modo, estão livres para barganhar com o presidente e seus líderes na Câmara, com o câmbio político fluando de acordo com a importância da votação.

Com três representantes por Estado, representando o crivo federativo, o Senado é, de certa forma, distrital, mas acaba sendo contaminado pelos mesmos males partidários e práticas políticas da Câmara, além de ter um problema específico, o do assento de desconhecidos eleitos como suplentes, mas artífices importantes da escolha do titular, com quem às vezes barganham quem vai jogar as sucessivas partidas com o Executivo.

Por convicção, sou pela lealdade partidária a um número menor de agremiações mais fortes, pelo voto distrital e pelo parlamentarismo. Com os primeiros aumentaria a lealdade dos eleitos ao seu partido e aos seus eleitores, a quem, em cada distrito, o de-

putado deveria prestar contas periódicas, com cada cidadão tendo o deputado do seu distrito, uma representação política mais genuinamente democrática. Com o parlamentarismo, em lugar do atual mandato de duração definida, mas de responsabilidade indefinida, o sistema teria mandato de duração indefinida e responsabilidade definida, tanto do Executivo como do Parlamento que o escolhesse.

O que temos hoje? O presidente, impopular e preocupado, diz que a culpa é do Congresso. Este retruca que não é com ele, que, aliás, nem se preocupa com pesquisas de popularidade, pois sua eleição não depende tanto desta, já que o parlamentar tem menos vínculo com seus eleitores, até porque estes não têm maiores condições de cobrar-lhe nada.

Estudiosos do desenvolvimento apontam que o bom funcionamento das instituições é fundamental para que a economia funcione bem. Entre essas instituições se destaca também o Judiciário, que precisa garantir a eficácia geral das regras do jogo. Ora, se olharmos hoje para as nossas instituições maiores, os três poderes, o que se vê não é bom.

Tudo indica que teremos o prestígio de mais um presidente sacrificado no altar onde são cultuados e imolados os homens. Por mais que tenha seus problemas – e não se sai mal quando comparado aos demais políticos –, o que vimos no passado e o que se contempla no futuro mostra que o grande investimento desenvolvimentista que o Brasil precisa fazer é no aprimoramento de suas instituições.

■ Roberto Macedo, economista, é pesquisador da Fipe-USP e professor da Universidade Mackenzie  
E-mail: roberto@macedo.com